



CÂMARA DOS DEPUTADOS

ESTATÍSTICA

1.2.15 a 22.12.15

55ª Legislatura Sessão Legislativa 2015

Mesa Diretora

Presidente: Eduardo Cunha

1º Vice-Presidente: Waldir Maranhão

2º Vice-Presidente: Giacobbo

1º Secretário: Beto Mansur

2º Secretário: Felipe Bornier

3º Secretário: Mara Gabrielli

4º Secretário: Alex Canziani

Suplentes de Secretário

1º Suplente: Mandetta

2º Suplente: Gilberto Nascimento

3º Suplente: Luiza Erundina

4º Suplente: Ricardo Izar

**SECRETARIA GERAL DA MESA
Núcleo de Assessoramento Técnico**

Atualizado em 15.01.16 17h05

I – ESTATÍSTICA DOS TRABALHOS

TRABALHOS DO PLENÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS 2015

1. Número de Sessões realizadas	401	
. Sessão Preparatória – Posse *	1	
. Sessão Preparatória - Eleição da Mesa *	1	
. Sessões deliberativas extraordinárias	150	
. Sessões deliberativas ordinárias	59	
. Sessões não deliberativas de debates	44	
. Sessões não deliberativas Solenes	114	
. Sessões transformadas em Comissões Gerais	32	
2. Números de proposições aprovadas e/ou rejeitadas pelo Plenário	177	
	MATÉRIAS APROVADAS	MATÉRIAS REJEITADAS
- Propostas de Emenda Constitucional	9	
- Propostas de Emenda Constitucional – 1º turno	2	
- Projetos de Lei Complementar	10	
- Medida Provisória	28	
- Projetos de Lei	70	
- Projetos de Decreto Legislativo	41	
- Mensagem	1	
- Projetos de Resolução	13	
- Objeto de deliberação - eleição	3	
TOTAL	177	
3. Outras matérias aprovadas e/ou rejeitadas pelo Plenário (**)	937	
TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS PELO PLENÁRIO	1114	

(*) As Sessões Preparatórias de Posse e Eleição da Mesa não são contabilizadas no somatório das Sessões Plenárias.

(**) Destaque, Dispositivo objeto de Destaque, Emenda, Emenda Aglutinativa, Emenda de Redação, Emenda objeto de Destaque, Expressão objeto de Destaque, Moção, Parecer, Recurso, Recurso contra a apreciação conclusiva de Comissão, Recurso contra Decisão da Presidência, Redação Final, Requerimento de Adiamento de Discussão, Requerimento de Comissão Externa para autorização de despesas, Requerimento de encerramento de Discussão, Requerimento de Inversão de Pauta, Requerimento de Preferência, Requerimento de Prorrogação de Prazo, Requerimento de retirada de Pauta, Requerimento de Urgência, Requerimento de Votação art. Por art., ou de emendas 1 a 1, Requerimento de Votação em Globo, Requerimento para criação de Comissão Externa, Requerimento para dispensa de Interstício, Requerimento para Inclusão de Matéria em Pauta, Requerimento para Votação Nominal, Requerimento solicitando prorrogação de prazo para CPI, Subemenda.

Observações:

- A apreciação da **admissibilidade** da PEC 352/13 não foi considerada para fins estatísticos.
- Foram apreciados 68 Recursos contra apreciação conclusiva de Comissão em uma mesma Sessão (dia 23/6/15). Resultado: aprovados, 45; rejeitados, 16; prejudicados, 7.

Número de Comissões Permanentes e Temporárias		
Comissões Permanentes		23
Comissões Temporárias		
Parlamentares de Inquérito	9	84
Especiais **	64	
Externas	11	
Grupos de Trabalho***		2

**As Comissões Especiais “Documentos Sigilosos” e “Parlamento Jovem Brasileiro”, de caráter não legislativo, não foram consideradas.

*** Os Grupos de Trabalho utilizam a estrutura do Departamento de Comissões (DECOM). Dados fornecidos pelo DECOM em 15/01/16; 11h38.

Número de proposições sujeitas à competência <u>conclusiva</u> das Comissões enviadas ao Senado Federal e à sanção		
Tipo de proposição	Situação	Total
Projeto de Lei	Remetido ao Senado Federal	243
	Remetido à sanção pela Câmara dos Deputados	37
Projeto de Decreto Legislativo	Remetido ao Senado Federal	311
TOTAL		591

As proposições apensadas foram desconsideradas.

Dados fornecidos pelo DECOM em 15/01/16; 11h54.

Relatório de Reuniões e Eventos realizados pelas Comissões Permanentes <i>Data de instalação das Comissões Permanentes: 04/03/2015</i>							
	REUNIÕES (Instalação, Eleição, Deliberativas, Reuniões e Audiências Públicas)	EVENTOS (Seminário, Conferência, Mesa Redonda, Painel, Palestra, Simpósio, Diligências e outros eventos)	SUB TOTAL	SUBCOMISSÕES			TOTAL
				REUNIÕES (Instalação, Eleição, Deliberativas, Reuniões e Audiências Públicas)	EVENTOS (Seminário, Conferência, Mesa Redonda, Painel, Palestra, Simpósio, diligências e outros eventos)	SUB TOTAL	
TOTAL	1.462	238	1.700	183	31	214	1.914

Dados fornecidos pelo DECOM em 15/01/16; 11h54.

Relatório de Reuniões e Eventos realizados pelas Comissões Temporárias			
Comissão	REUNIÕES (Instalação, Eleição, Deliberativas e Reuniões e Audiências Públicas)	EVENTOS (Seminário, Conferência, Mesa Redonda, Painel, Palestra, Diligência, Simpósio, e outros eventos)	TOTAL
Comissões Especiais	479	81	560
Comissões Externas	82	12	94

Comissões Parlamentares de Inquérito	297	44	341
Grupo de Trabalho	1		1
TOTAL	859	137	996

Dados fornecidos pelo DECOM em 15/01/16; 11h54.

II- MATÉRIAS APRECIADAS PELO PLENÁRIO

PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO				
Proposição	Autor	Ementa	Apreciação na Câmara	Situação
PEC 197/12	Senado Federal	Altera o § 2º do art. 155 da Constituição Federal, para modificar a sistemática de cobrança do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação incidente sobre as operações e prestações realizadas de forma não presencial e que destinem bens e serviços a consumidor final localizado em outro Estado.	3.2.15 2º Turno	Emenda Constitucional 87/15
PEC 352/13	Cândido Vaccarezza	Altera os arts. 14, 17, 27, 29, 45 e 121 da Constituição Federal, para tornar o voto facultativo, modificar o sistema eleitoral e de coligações, dispor sobre o financiamento de campanhas eleitorais, estabelecer cláusulas de desempenho para candidatos e partidos, prazo mínimo de filiação partidária e critérios para o registro dos estatutos do partido no Tribunal Superior Eleitoral, determinar a coincidência das eleições e a proibição da reeleição para cargos do Poder Executivo, regular as competências da Justiça Eleitoral e submeter a referendo as alterações relativas ao sistema eleitoral.	3.2.15 Admissibilidade	Declarada prejudicada em face da aprovação da PEC 182/07
PEC 358/13	Senado Federal	Altera os arts. 165 e 166 da Constituição Federal, para tornar obrigatória a execução da programação orçamentária que específica.	10.2.15 2º Turno	Emenda Constitucional 86/15

PEC 457/05	Senado Federal	Altera o art. 40 da Constituição Federal, relativo ao limite de idade para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral, e acrescenta dispositivo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Explicação: Trata da aposentadoria compulsória aos 75 (setenta e cinco) anos de Ministros do Supremo Tribunal Federal, dos demais Tribunais Superiores e do Tribunal de Contas da União.	4.3.15 1º turno 5.5.15 2º Turno	Emenda Constitucional 88/15
PEC 590/06	Luiza Erundina	Dá nova redação ao parágrafo 1º do art. 58 da Constituição Federal. Explicação: Garante a representação proporcional de cada sexo na composição das Mesas Diretoras da Câmara dos Deputados e do Senado e de cada Comissão, assegurando, ao menos, uma vaga para cada sexo.	10.3.15 1º turno 24.3.15 2º turno	Vai ao Senado Federal
PEC 182/07	Senado Federal	Altera os arts. 17, 46 e 55 da Constituição Federal, para assegurar aos partidos políticos a titularidade dos mandatos parlamentares e estabelecer a perda dos mandatos dos membros do Poder Legislativo e do Poder Executivo que se desfilarem dos partidos pelos quais forem eleitos. (Reforma Política)	17.6.15 1º turno 12.8.15 2º turno	Vai ao Senado Federal
PEC 171/93	Benedito Domingos	Altera a redação do art. 228 da Constituição Federal (imputabilidade penal do maior de dezesseis anos)	1.7.15 1º turno 18.8.15 2º turno	Vai ao Senado Federal
PEC 443/09	Bonifácio de Andrada	Fixa parâmetros para a remuneração dos advogados públicos	11.8.15 1º turno	Vai ao 2º Turno
PEC 471/05	João Campos	Dá nova redação ao parágrafo 3º do art. 236 da Constituição Federal. (PEC dos Cartórios)	26.8.15 1º turno	Vai ao 2º Turno
PEC 172/12	Mendonça Filho	Altera o art. 160 da Constituição Federal. (Estabelece que a lei não imporá nem transferirá qualquer encargo ou a prestação de serviços aos Estados, Distrito Federal ou aos municípios sem a previsão de repasses financeiros necessários ao seu custeio)	2.9.15 1º turno 23.9.15 2º turno	Vai ao Senado Federal
PEC 215/03	Alberto Fraga	Acrescenta o § 3º ao art. 42 da Constituição Federal que dispõe sobre os militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.	20.10.15 1º turno 3.11.15 2º turno	Vai ao Senado Federal

PEC 74/15	Carlos Sampaio	Acrescenta parágrafos ao artigo 100 da Constituição Federal, dispondo sobre o regime de pagamento de débitos públicos decorrentes de condenações judiciais, e acrescenta disposições ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, instituindo regime especial de pagamento para os casos em mora.	17.11.15 1º turno 15.12.15 2º turno	Vai ao Senado Federal
-----------	----------------	---	--	-----------------------

PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR

Proposição	Autor	Ementa	Apreciação na Câmara	Situação
PLP 177/12	Esperidião Amin	Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a transparência, controle e fiscalização da execução de parcerias e convênios entre órgãos públicos e organizações não governamentais.	24.2.15	Vai ao Senado Federal
PLP 302/13	Senado Federal	Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico; altera as Leis nº 8.212, de 24 de julho de 1991, nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005; revoga o inciso I do art. 3º da Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, o art. 36 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, e o inciso VII do art. 12 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro 1995; e dá outras providências.	18.3.15	Lei Complementar 150/15
PLP 37/15	Leonardo Picciani	Altera a Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014. Emendas do Senado Federal	24.3.15 30.6.15	Lei Complementar 151/15
PLP 13/15	Rosângela Gomes	Altera a redação do art. 3º da Lei Complementar 79, de 7 de janeiro de 1994, que "cria o Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN, e dá outras providências	16.4.15	Lei Complementar 153/15
PLP 25/15 (prejudicado PLP 311/13)	Rogério Rosso	Dá nova redação ao §1º do art. 1º da Lei Complementar nº 94, de 19 de novembro de 1998, que autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal, e dá outras providências.	13.8.15	Vai ao Senado Federal
PLP 106/11	Esperidião Amin	Acrescenta novos dispositivos à Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que "Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte", com o objetivo de autorizar a constituição de sociedade de garantia solidária, e dá outras providências.	26.8.15	Vai ao Senado Federal

PLP 25/07	Barbosa Neto	Dá nova redação ao caput do art. 79 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. (SuperSimples)	2.9.15	Vai ao Senado Federal
PLP 366/13	Senado Federal	Altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, que dispõe sobre o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza; a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa); e a Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990, que dispõe sobre critérios e prazos de crédito das parcelas do produto da arrecadação de impostos de competência dos Estados e de transferências por estes recebidas, pertencentes aos Municípios, e dá outras providências	16.9.15	Vai ao Senado Federal
PLP 124/15	Senado Federal	Dispõe sobre a aposentadoria compulsória por idade, com proventos proporcionais, nos termos do inciso II do § 1º do art. 40 da Constituição Federal.	23.9.15	Lei Complementar 152/15
PLP 278/13	Mauro Mariani	Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.	15.10.15	Vai ao Senado Federal

MEDIDAS PROVISÓRIAS

Proposição	Autor	Ementa	Apreciação na Câmara	Situação
MPV 658/14	Poder Executivo	Altera a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público; define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil; institui o termo de colaboração e o termo de fomento; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999".	4.2.15	Lei 13.102/15

MPV 660/14 PLV 1/15	Poder Executivo	Altera a Lei nº 12.800, de 23 de abril de 2013, que dispõe sobre as tabelas de salários, vencimentos, soldos e demais vantagens aplicáveis aos servidores civis, aos militares e aos empregados oriundos do ex-Território Federal de Rondônia integrantes do quadro em extinção de que trata o art. 85 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, e dá outras providências. NOVA EMENTA: Altera a Lei nº 12.800, de 23 de abril de 2013, que dispõe sobre as tabelas de salários, vencimentos, soldos e demais vantagens aplicáveis aos servidores civis, aos militares e aos empregados oriundos do ex-Território Federal de Rondônia integrantes do quadro em extinção de que trata o art. 85 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, e os Anexos III e III-A da Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006; e dá outras providências.	7.4.15 15.04.15 (Aprovadas emendas do Senado Federal)	Lei 13.121/15. Vetada Parcialmente
MPV 661/14 PLV 2/15	Poder Executivo	Autoriza a União a conceder crédito ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e a destinar superávit financeiro das fontes de recursos existentes no Tesouro Nacional à cobertura de despesas primárias obrigatórias.	9.4.15	13.126/15 Vetada Parcialmente
MPV 665/14 PLV 3/15	Poder Executivo	Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, altera a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, que dispõe sobre o seguro desemprego para o pescador artesanal, e dá outras providências.	7.5.15	Lei 13.134/15 Vetada Parcialmente
MPV 663/15 PLV 5/15	Poder Executivo	Altera a Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009.	12.5.15	Lei 13.132/15 Vetada parcialmente
MPV 664/15 PLV 4/15	Poder Executivo	Altera as Leis nº 8.213, de 24 de julho de 1991, nº 10.876, de 2 junho de 2004, nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e a Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003.	14.5.15	Lei 13.135/15 Vetada parcialmente
MPV 668/15 PLV 6/15	Poder Executivo	Altera a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para elevar alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP- Importação e da COFINS-Importação, e dá outras providências.	20.5.15	Lei 13.137/15 Vetada parcialmente

MPV 670/15 PLV 7/15	Poder Executivo	Altera a Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, para dispor sobre os valores da tabela mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física; a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988; e a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.	17.6.15	Lei 13.149/15 Vetada parcialmente
MPV 673/15 PLV 8/15	Poder Executivo	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, e dá outras providências.	23.6.15	Lei 13.153/15 Vetada parcialmente
MPV 672/15 PLV 9/15	Poder Executivo	Dispõe sobre a política de valorização do salário mínimo para o período de 2016 a 2019.	24.6.15	Lei 13.152/15 Vetada parcialmente
MPV 671/15 PLV 10/15	Poder Executivo	Institui o Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro, dispõe sobre a gestão temerária no âmbito das entidades desportivas profissionais, e dá outras providências.	7.7.15	Lei 13.155/15 Vetada parcialmente
MPV 674/15	Poder Executivo	Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário, da Defesa e da Integração Nacional, no valor de R\$ 904.756.882,00, para os fins que especifica.	1.9.15	Lei 13.164/15
MPV 675/15 PLV 11/15	Poder Executivo	Altera a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, para elevar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL em relação às pessoas jurídicas de seguros privados e de capitalização e às referidas nos incisos I a VII, IX e X do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001	3.9.15	Lei 13.169/15 Vetada parcialmente
MPV 681/15 PLV 12/15	Poder Executivo	Altera a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para dispor sobre desconto em folha de valores destinados ao pagamento de cartão de crédito.	15.9.15	Lei 13.172/15
MPV 679/15 PLV 13/15	Poder Executivo	Dispõe sobre autorização para a realização de obras e serviços necessários ao fornecimento de energia elétrica temporária para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, de que trata a Lei no 12.035, de 1o de outubro de 2009, e altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida e sobre a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, a Lei nº 12.035, de 2009, que institui o Ato Olímpico, e a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, que dispõe sobre cooperação federativa no âmbito da segurança pública.	17.9.15	Lei 13.173/15 Vetada parcialmente

MPV 676/15 PLV 15/15	Poder Executivo	Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social.	30.09.15	Lei 13.183/15 Vetada parcialmente
MPV 677/15 PLV 16/15	Poder Executivo	Autoriza a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco a participar do Fundo de Energia do Nordeste, com o objetivo de prover recursos para a implementação de empreendimentos de energia elétrica, e altera a Lei nº 11.943, de 28 de maio de 2009, e a Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004.	30.09.15	Lei 13.182/15 Vetada parcialmente
MPV 686/15 PLV 14/15	Poder Executivo	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Educação, de Encargos Financeiros da União e de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 9.820.639.868,00, para os fins que especifica, e dá outras providências.	30.09.15	Lei 13.181/15
MPV 678/15 PLV 17/15	Poder Executivo	Altera a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, que institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas. NOVA EMENTA: Altera as Leis nºs 12.462, de 4 de agosto de 2011, que institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC, 7.210, de 11 de julho de 1984, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.935, de 18 de novembro de 1994, 11.196, de 21 de novembro de 2005, e 12.305, de 2 de agosto de 2010; e dá outras providências. Explicação: Aplica o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC nas licitações e contratos de construção, ampliação e reforma de estabelecimentos penais e unidades de atendimento socioeducativo e nas ações de Segurança Pública.	13.10.15	Lei 13.190/15 Vetada parcialmente
MPV 680/15 PLV 18/15	Poder Executivo	Institui o Programa de Proteção ao Emprego e dá outras providências.	14.10.15	Lei 13.189/15
MPV 682/15 PLV 19/15	Poder Executivo	Altera a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, para estabelecer que a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF ficará encarregada da gestão do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural - FESR até a completa liquidação das obrigações deste Fundo. NOVA EMENTA: Altera a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, para estabelecer que a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF ficará encarregada da gestão do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural - FESR até a completa liquidação das obrigações deste Fundo, as Leis nºs 4.829, de 5 de novembro de 1965, e 10.823, de 19 de dezembro de 2003, e o Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966.	21.10.15	Lei 13.195/15 vetada parcialmente

MPV 687/15 PLV 20/15	Poder Executivo	Altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, para dispor sobre a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - Condecine, e a Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, para dispor sobre as taxas processuais sobre os processos de competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade, e autoriza o Poder Executivo federal a atualizar monetariamente o valor das taxas e dos preços estabelecidos pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.	27.10. 15	Lei 13.196/15 vetada parcialmente
MPV 684/15 PLV 21/15	Poder Executivo	Altera a Lei no 13.019, de 31 de julho de 2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público; define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil; institui o termo de colaboração e o termo de fomento; e altera as Leis nos 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999.	28.10. 15	Lei 13.204/15 vetada parcialmente
MPV 685/15 PLV 22/15	Poder Executivo	Institui o Programa de Redução de Litígios Tributários - PRORELIT, cria a obrigação de informar à administração tributária federal as operações e atos ou negócios jurídicos que acarretem supressão, redução ou diferimento de tributo e autoriza o Poder Executivo federal a atualizar monetariamente o valor das taxas que indica.	3.11. 15 17.11.15 (Apreciadas emendas do Senado Federal)	Lei 13.202/15 Vetada parcialmente
MPV 688/15 PLV 23/15	Poder Executivo	Dispõe sobre a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, institui a bonificação pela outorga e altera a Lei no 10.848, de 15 de março de 2004, que dispõe sobre a comercialização de energia elétrica, a Lei no 12.783, 11 de janeiro de 2013, que dispõe sobre as concessões de energia elétrica, e a Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997, que institui o Conselho Nacional de Política Energética.	10.11.015	Lei 13.203/15 Vetada parcialmente
MPV 697/15	Poder Executivo	Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça, das Relações Exteriores, dos Transportes, da Defesa e da Integração Nacional, no valor de R\$ 950.246.149,00, para os fins que especifica.	12.11. 15	Lei 13.173/15 Vetada parcialmente
MPV 691/15 PLV 24/15	Poder Executivo	Dispõe sobre a administração, a alienação, a transferência de gestão de imóveis da União e seu uso para a constituição de fundos.	24.11.15	Lei 13.240/15 Vetada parcialmente

MPV 690/15 PLV 26/15	Poder Executivo	Dispõe sobre a incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI sobre as bebidas classificadas nas posições 22.04, 22.05, 22.06 e 22.08, exceto o código 2208.90.00 Ex 01, da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011, altera a Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, quanto à legislação do Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica, e revoga os arts. 28 a 30 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, que dispõem sobre o Programa de Inclusão Digital.	15.12.15	Lei 13.241/15 Vetada parcialmente
-------------------------	--------------------	---	----------	---

PROJETOS DE LEI

Proposição	Autor	Ementa	Apreciação na Câmara	Situação
PL 7735/14	Poder Executivo	Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição; os arts. 1, 8, "j", 10, "c", 15 e 16, §§ 3 e 4 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético; sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado; sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; e dá outras providências.	10.2.15 27.4.15 (Emendas do Senado Federal)	Lei 13.123/15 Vetada parcialmente
PL 4246/12	Jerônimo Goergen	Dispõe sobre o exercício da profissão de motorista. NOVA EMENTA: Dispõe sobre o exercício da profissão de motorista; altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, e 11.442, de 5 de janeiro de 2007 (empresas e transportadores autônomos de carga), para disciplinar a jornada de trabalho e o tempo de direção do motorista profissional; altera a Lei nº 7.408, de 25 de novembro de 1985; revoga dispositivos da Lei nº 12.619, de 30 de abril de 2012; e dá outras providências.	11.2.15 (Emendas do Senado Federal)	Lei 13.103/15
PL 5502/13 (prejudicado PL 6869/10)	Senado Federal	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para tornar crime vender, fornecer, servir, ministrar ou entregar bebida alcoólica a criança ou adolescente; e revoga o inciso I do art. 63 do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais).	24.2.15	Lei 13.106/15

PL 2447/07	Senado Federal	Institui a Política Nacional de Combate e Prevenção à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca e dá outras providências	25.2.15	Lei 13.153/15
PL 23/15	Mendonça Filho	Altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995.	25.2.15	Lei 13.107/15 Vetado parcialmente
PL 7370/14	Senado Federal	Dispõe sobre prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas e sobre medidas de atenção às vítimas; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 6.815, de 19 de agosto de 1980, e 7.998, de 11 de janeiro de 1990; e revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal). NOVA EMENTA: Dispõe sobre o enfrentamento ao tráfico internacional e interno de pessoas, proteção e assistência às vítimas; e altera a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, os Decretos-Lei nºs 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, e 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e as Leis nºs 8.072, de 25 de julho de 1990, 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, e 9.615, de 24 de março de 1998.	26.2.15	Vai ao Senado Federal
PL 4699/12	Senado Federal	Regulamenta a profissão de historiador e dá outras providências.	3.3.15	Retorna ao Senado Federal
PL 8305/14	Senado Federal	Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos.	3.3.15	Lei 13.104/15

PL 7699/06	Senado Federal	<p>Institui o Estatuto do Portador de Deficiência e dá outras providências.</p> <p>NOVA EMENTA: Institui a Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência; altera as Leis nºs 4.737, de 15 de julho de 1965, 7.853, de 24 de outubro de 1989, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.078, de 11 de setembro de 1990, 8.213, de 24 de julho de 1991, 8.313, de 23 de dezembro de 1991, 8.429, de 2 de junho de 1992, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.742, de 7 de dezembro de 1993, 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, 9.029, de 13 de abril de 1995, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.503, de 23 de setembro de 1997, 9.615, de 24 de março de 1998, 10.048, de 8 de novembro de 2000, 10.098, de 19 de dezembro de 2000, 10.257, de 10 de julho de 2001, 10.406, de 10 de janeiro de 2002, 11.126, de 27 de junho de 2005, 11.904, de 14 de janeiro de 2009, e 12.587, de 3 de janeiro de 2012, e a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e revoga dispositivo da Lei nº 9.008, de 21 de março de 1995</p>	5.3.15	Lei 13.146/15 Vetado parcialmente
PL 520/15	Bruno Araújo	Anistia as penalidades aplicadas com base no artigo 253 e nos incisos V, VII, X e XII, do artigo 181, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, cometidas pelos veículos classificados no artigo 96, inciso II, alínea b, itens 6 e 7, e alínea e, da mesma lei, aplicadas em todo o território nacional no período de 18 de fevereiro a 2 de março de 2015.	10.3.15	Vai ao Senado Federal
PL 7664/14	Simão Sessim	<p>Altera o art. 34 da Lei nº 9.656, de 1998.</p> <p>NOVA EMENTA: Altera o art. 34 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998.</p>	12.3.15	Lei 13.127/15
PL 177/15	Edmilson Rodrigues e Cabo Daciolo	Altera a Lei nº 12.505, de 11 de outubro de 2011, que "concede anistia aos policiais e bombeiros militares dos Estados de Alagoas, de Goiás, do Maranhão, de Minas Gerais, da Paraíba, do Piauí, do Rio de Janeiro, de Rondônia, de Sergipe, da Bahia, do Ceará, de Mato Grosso, de Pernambuco, do Rio Grande do Norte, de Roraima, de Santa Catarina, do Tocantins e do Distrito Federal punidos por participar de movimentos reivindicatórios", para acrescentar o Estado do Pará	24.3.15	Vetado
PL 6128/09	Flávio Dino	Disciplina o processo e julgamento do mandado de injunção individual e coletivo e dá outras providências.	24.3.15	Vai ao Senado Federal

PL 6785/06	Celso Russomano	Dispõe sobre a obrigatoriedade dos serviços de registros civis de pessoas naturais comunicar à Receita Federal e à Secretaria de Segurança Pública os óbitos registrados.	25.3.15	Lei 13.114/15
PL 7224/06	Senado Federal	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para impedir a concessão de livramento condicional nos casos de reincidência em crime doloso apenado com reclusão.	25.3.15	Retorna ao Senado Federal
PL 8077/14	Pauderney Avelino	Altera o art. 157 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, a Lei nº 8.072 de 25 de julho de 1990 - Lei de Crimes Hediondos, e a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente	25.3.15	Arquivado no Senado Federal
PL 846/15	Leonardo Picciani	Acrescenta parágrafo ao artigo 121 do Decreto-lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 - Código Penal.	26.3.15	Lei 13.142/15
PL 719/15	William Woo	Altera a Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007, que dispõe sobre os incentivos às indústrias de equipamentos para TV Digital e de componentes eletrônicos semicondutores e sobre a proteção à propriedade intelectual das topografias de circuitos integrados, instituindo o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores - PADIS e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital - PATVD; altera a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993; e revoga o art. 26 da Lei no 11.196, de 21 de novembro de 2005.	30.3.15	Lei 13.159/15 Vetado parcialmente
PL 7924/14	Defensoria Pública da União	Dispõe sobre o subsídio do Defensor Público-Geral Federal e dá outras providências.	30.3.15	Vai ao Senado Federal
PL 6920/10	Márcio Marinho	Dispõe sobre estelionato cometido contra idosos.	30.3.15	Lei 13.228/15
PL 3481/12	Alexandre Leite	Dispõe sobre uso de explosivos na destruição ou rompimento de obstáculo para o crime de Furto e dá outras providências	31.3.15	Vai ao Senado Federal
PL 8137/14 (prejudicado PL 779/95)	Pauderney Avelino	Altera o art. 180 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).	16.4.15	Vai ao Senado Federal
PL 1404/11	Senado Federal	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever a infiltração de agentes da polícia na internet com o fim de investigar crimes contra a liberdade sexual de criança ou adolescente.	16.4.15	Retorna ao Senado Federal
PL 4330/04	Sandro Mabel	Dispõe sobre o contrato de prestação de serviço a terceiros e as relações de trabalho dele decorrentes.	22.4.15	Vai ao Senado Federal

PL 2505/00	Lincoln Portela	Determina que o material apreendido pela Polícia Federal, fruto de contrabando e que possa vir a ser usado no combate ao crime, deverá ser repassado às Secretarias de Segurança Pública Estaduais e à Polícia Federal.	23.4.15	Vai ao Senado Federal
PL 6701/13	Fábio Reis	Altera o art. 319-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 que institui o "Código Penal" para aumentar a pena pelo crime praticado por diretor de penitenciária e/ou agente público que deixa de cumprir seu dever de vedar ao preso o acesso a aparelho telefônico, de rádio ou similar, que permita a comunicação com outros presos ou com o ambiente externo.	28.4.15	Vai ao Senado Federal
PL 4148/08	Luis Carlos Heinze	Altera e acresce dispositivos à Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005. Explicação: Estabelece que os rótulos dos alimentos destinados ao consumo humano informem ao consumidor a natureza transgênica do alimento.	28.4.15	Vai ao Senado Federal
PL 2833/11	Ricardo Tripoli	Criminaliza condutas praticadas contra cães e gatos, e dá outras providências	29.4.15	Vai ao Senado Federal
PL 8122/14	Pedro Paulo	Acrescenta dispositivos na lei nº 12.681, de 04 de julho de 2012, que institui o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e Sobre Drogas (SINESP), tornando obrigatória a publicação da taxa de elucidação de crimes de forma padronizada e cria mecanismo punitivo aos estados que coletarem os dados fora dos critérios estabelecidos em lei.	29.4.15	Vai ao Senado Federal
PL 985/15 (prejudicado PL 3187/97)	Domingos Neto	Altera o art. 65 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1988, para majorar as penas ali previstas para o crime de pichação de edificação ou monumento urbano e dá outras providências. NOVA EMENTA: Altera o art. 65 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para alterar as penas nele previstas para o crime de pichação de edificação ou monumento urbano.	29.4.15	Vai ao Senado Federal

PL 863/15	Poder Executivo	Altera a Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, quanto à contribuição previdenciária sobre a receita bruta; a Lei nº 12.469, de 26 de agosto de 2011, a Lei nº 12.995, de 18 de junho de 2014, e a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, quanto à tributação de bebidas frias; e a Lei nº 12.780, de 9 de janeiro de 2013, que dispõe sobre medidas tributárias referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016. NOVA EMENTA: Altera as Leis nºs 12.546, de 14 de dezembro de 2011, quanto à contribuição previdenciária sobre a receita bruta, 12.780, de 9 de janeiro de 2013, que dispõe sobre medidas tributárias referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, 11.977, de 7 de julho de 2009, e 12.035, de 1º de outubro de 2009; e revoga dispositivos da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, quanto à tributação de bebidas frias	25.6.15	Lei 13.161/15 Vetado parcialmente
PL 2177/11	Bruno Araújo	Institui o Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação	9.7.15	Aguardando sanção
PL 5735/13	Ilário Marques	Altera dispositivos da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos) e da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições).	14.7.15 9.9.15 (Emendas do Senado Federal)	Lei 13.165/15 Vetado parcialmente
PL 1163/15	Leonardo Picciani	Acrescenta o art. 1.775-A à Lei n.º 10.406, de 11 de janeiro de 2002 - Código Civil, dispondo sobre a curatela compartilhada de filhos maiores portadores de necessidades especiais.	16.7.15	Vai ao Senado Federal
PL 8078/14	Poder Executivo	Altera a Lei nº 9.264, de 7 de fevereiro de 1996, para transformar em cargos de nível superior os cargos da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal.	16.7.15	Lei 13.197/15
PL 6234/13	Superior Tribunal de Justiça	Dispõe sobre a criação de 1 (uma) vara federal no Estado do Mato Grosso e sobre a criação de cargos efetivos e em comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal da Justiça Federal e dá outras providências.	16.7.15	Vai ao Senado Federal
PL 2020/15	Poder Executivo	Disciplina a ação de indisponibilidade de bens, direitos ou valores em decorrência de resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas - CSNU.	4.8.15 6.10.15 (Emendas do Senado Federal)	Lei 13.170/15
PL 2016/15	Poder Executivo	Altera a Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, e a Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002, para dispor sobre organizações terroristas.	13.8.15	Aguarda apreciação de emendas do Senado Federal

PL 4566/08	Comissão de Legislação Participativa	Altera dispositivos da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que "Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências".	18.8.15	Vai ao Senado Federal
PL 730/15	Domingos Neto	Estabelece diretrizes para a celebração de consórcios públicos, cooperação interfederativa, entre União, Estados e Municípios, na forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, visando à aquisição, ao custeio e ao uso de máquinas perfuratrizes de poços artesianos, no contexto de política pública de combate à seca e de desenvolvimento econômico e social das zonas rurais de municípios integrantes do semiárido brasileiro.	20.8.15	Vai ao Senado Federal
PL 2479/00	Ricardo Barros	Altera o art. 12 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, que "Dispõe sobre o sistema nacional de seguros privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências". Explicação: Fixa um prazo limite de 30 (trinta) dias para o pagamento de indenização ao segurado; dispõe que os casos em que haja litígio ou discordância sejam dirimidos na Justiça.	20.8.15	Vai ao Senado Federal
PL 1057/07	Henrique Afonso	Dispõe sobre o combate a práticas tradicionais nocivas e à proteção dos direitos fundamentais de crianças indígenas, bem como pertencentes a outras sociedades ditas não tradicionais.	26.8.15	Vai ao Senado Federal
PL 8170/14	Jovair Arantes	Concede anistia aos débitos decorrentes de multas cominadas pelo IBAMA aos Municípios por infrações administrativas ambientais ocorridas antes da vigência da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, nos termos que especifica.	26.8.15	Vai ao Senado Federal
PL 10/15	Lucas Vergílio	Altera o art. 2º do Decreto-Lei nº 2.296, de 21 de novembro de 1986, a alínea "p" do § 9º do art. 28 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 e o art. 63 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, e dá outras providências.	27.8.15	Vai ao Senado Federal
PL 6232/13	Superior Tribunal de Justiça	Dispõe sobre a criação de 1 (uma) vara federal no Estado do Rio Grande do Sul e sobre a criação de cargos efetivos e em comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal da Justiça Federal e dá outras providências	27.8.15	Vai ao Senado Federal
PL 8316/14	Superior Tribunal de Justiça	Dispõe sobre a criação de duas varas federais no Estado do Rio Grande do Sul e sobre a criação de cargos de juízes, cargos efetivos e em comissão e funções comissionadas no quadro de pessoal da Justiça Federal e dá outras providências.	27.8.15	Vai ao Senado Federal

PL 8317/14	Superior Tribunal de Justiça	Dispõe sobre a criação de duas varas federais no Estado do Tocantins, e sobre a criação de cargos de juízes, cargos efetivos e em comissão e funções comissionadas no quadro de pessoal da Justiça Federal e dá outras providências	27.8.15	Vai ao Senado Federal
PL 8318/14	Superior Tribunal de Justiça	Dispõe sobre a criação de uma vara federal no Estado do Paraná e sobre a criação de cargos de juízes, cargos efetivos e em comissão e funções comissionadas no quadro de pessoal da Justiça Federal e dá outras providências	27.8.15	Vai ao Senado Federal
PL 2343/15	Poder Executivo	Altera a Lei nº 7.573, de 23 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Ensino Profissional Marítimo.	1.9.15	Lei 13.194/15
PL 412/11	Hugo Leal	Dispõe sobre responsabilidade civil do Estado.	2.9.15	Vai ao Senado Federal
PL 6999/13	Afonso Hamm	Dispõe sobre o crime de abigeato e sobre o comércio de carne e outros alimentos sem procedência legal, e dá outras providências.	8.9.15	Vai ao Senado Federal
PL 2455/15	Poder Executivo	Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, relativo ao exercício de 2014, com o objetivo de fomentar as exportações do País.	8.9.15	Lei 13.166/15
PL 5230/13	Ricardo Izar	Acrescenta dispositivos à Lei nº 12.592, de 18 de janeiro de 2012, para dispor sobre a regulamentação e base de tributação do "salão-parceiro" e do "profissional-parceiro"	16.9.15	Vai ao Senado Federal
PL 5568/13 (prejudicado PL 5512/13)	Keiko Ota	Altera dispositivos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre crimes cometidos na direção de veículos automotores.	23.9.15	Vai ao Senado Federal
PL 2826/15	Goulart	Altera a Lei nº 12.869, de 15 de outubro de 2013, que Dispõe sobre o exercício da atividade e a remuneração do permissionário lotérico.	23.9.15	Lei 13.177/15
PL 4474/04	Sandes Junior	Acrescenta parágrafo ao art. 73 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, dispondo sobre a transferência voluntária de recursos em ano eleitoral.	24.9.15	Vai ao Senado Federal
PL 5077/09	Silvio Torres	Dispõe sobre o empregador rural e dá outras providências	29.9.15	Lei 13.171/15 Vetado parcialmente
PL 1058/15	Goulart	Estabelece condições e requisitos para a classificação de Estâncias Turísticas e dá outras providências.	29.9.15	Vai ao Senado Federal
PL 7645/14	Subtenente Gonzaga	Altera o art. 18 do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, que extingue a pena de prisão disciplinar para as polícias militares e os corpos de bombeiros militares, dos estados, dos territórios e do Distrito Federal, e dá outras providências.	01.10.15	Vai ao Senado Federal

PL 3075/15	Mendonça Filho	Concede anistia aos condutores de veículos automotores multados pelo não uso de extintor de incêndio ou pelo uso de equipamento vencido.	01.10.15	Vai ao Senado Federal
PL 3161/15	Alex Manente	Altera a Lei no 6.815, de 1980, que define a situação jurídica do estrangeiro, cria o Conselho Nacional de Imigração, para dispor sobre a dispensa unilateral de visto de turista por ocasião dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, Rio - 2016.	01.10.15	Lei 13.193/15
PL 6953/02	Senado Federal	Dispõe sobre a proteção e defesa do usuário dos serviços públicos, prestados pela administração direta, indireta e os delegados pela União.	15.10.15	Retorna ao Senado Federal
PL 5369/09	Vieira da Cunha	Institui o Programa de Combate ao "Bullying".	15.10.15	Lei 13.185/15
PL 6446/13 (prejudicado PL 3232/92)	Senado Federal	Dispõe sobre o direito de resposta ou retificação do ofendido por matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social.	20.10.15	Lei 13.188/15 Vetado parcialmente
PL 2384/15	Carlos Manato	Disciplina o juízo prévio de admissibilidade dos recursos extraordinário e especial; altera a Lei n.º 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil e dá outras providências	21.10.15	Vai ao Senado Federal
PL 8140/14	Mandetta	Altera a Lei nº 12.842, de 10 de julho de 2013, que dispõe sobre o exercício da Medicina. Explicação: A denominação de "Médico" deverá constar obrigatoriamente dos diplomas emitidos por instituições de ensino superior.	21.10.15	Vai ao Senado Federal
PL 1462/07	Senado Federal	Obriga, nas hipóteses que especifica, a veiculação de mensagens de advertência sobre o risco de escassez e de incentivo ao consumo moderado de água. Explicação: Divulgação em equipamentos e produtos de limpeza e higiene pessoal.	22.10.15	Lei 13.233/15
PL 5559/09	Otávio Leite	Estabelece que os programas de fomento, apoio e incentivo à cultura, empreendidos pela administração federal, possam se estender a atividades e projetos que objetivem o desenvolvimento do Turismo Receptivo Brasileiro, nos termos desta Lei.	22.10.15	Vai ao Senado Federal
PL 4852/12	Eduardo da Fonte	Estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas sintéticas. Explicação: Altera as Leis nº 9.782, de 1999 e nº 11.343, de 2006.	22.10.15	Vai ao Senado Federal
PL 2960/15	Poder Executivo	Dispõe sobre o Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária de recursos, bens ou direitos de origem lícita não declarados, remetidos, mantidos no exterior ou repatriados por residentes ou domiciliados no País, e dá outras providências.	12.11.15	Vai ao Senado Federal

PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO

Proposição	Autor	Ementa	Apreciação na Câmara	Situação
PDC 824/13	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cameroun sobre Cooperação no Campo do Turismo, assinado em Brasília, em 4 de agosto de 2010.	5.2.15	Decreto Legislativo 96/15
PDC 836/13	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Tcheca sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em Praga, em 13 de setembro de 2010.	5.2.15	Decreto Legislativo 95/15
PDC 1298/13	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Québec, celebrado em Brasília, em 26 de outubro de 2011.	18.3.15	Decreto Legislativo 97/15
PDC 1410/13	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné, assinado em Brasília, em 21 de novembro de 2011.	18.3.15	Decreto Legislativo 98/15
PDC 1412/13	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Econômica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bulgária, celebrado em Sófia, em 5 de outubro de 2011.	18.3.15	Decreto Legislativo 132/15
PDC 1287/13	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Aprova o texto da Convenção que estabelece a Organização Europeia para a Pesquisa Astronômica no Hemisfério Austral, assinado em Brasília, em 29 de dezembro de 2010, e os demais atos internacionais a ela anexados, que especifica.	19.3.15	Decreto Legislativo 99/15
PDC 1442/14	Carmen Zanotto	Susta a aplicação do art. 2º da Portaria do Ministério da Saúde nº 1.253, de 12 de novembro de 2013, que "Altera atributos de procedimentos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde".	25.3.15	Vai ao Senado Federal
PDC 1428/13	Nelson Marquizzelli	Susta o art. 13 da Resolução normativa nº 479, de 3 de abril de 2012, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, que repassa aos municípios a elaboração de projeto, a implantação, expansão, operação e manutenção das instalações de iluminação pública	28.4.15	Vai ao Senado Federal

PDC 62/15	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Aprova o texto do Tratado para o Estabelecimento do Arranjo Contingente de Reservas dos BRICS, celebrado em Fortaleza, em 15 de julho de 2014.	21.5.15	Decreto Legislativo 132/15
PDC 63/15	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Aprova o texto do Acordo sobre o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), celebrado em Fortaleza, em 15 de julho de 2014.	21.5.15	Decreto Legislativo 131/15
PDC 319/07	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Zimbábue, assinado no Rio de Janeiro, em 10 de setembro de 2006.	1.6.15	Decreto Legislativo 130/15
PDC 358/07	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Aprova o texto do Convênio entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para o Estabelecimento de um Depósito Franco no Porto de Paranaguá, celebrado em Brasília, em 15 de agosto de 1990.	1.6.15	Decreto Legislativo 154/15
PDC 2489/10	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Uzbequistão sobre Cooperação Econômica e Comercial, celebrado em Brasília, em 28 de maio de 2009.	1.6.15	Decreto Legislativo 149/15
PDC 2836/10	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Aprova o Texto do Acordo de Cooperação em Agricultura entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Uzbequistão, assinado em Brasília, em 28 de maio de 2009.	1.6.15	Decreto Legislativo 163/15
PDC 1028/13	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Sérvia sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em Belgrado, em 29 de novembro de 2010.	1.6.15	Decreto Legislativo 155/15
PDC 1291/13	Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul.	Aprova o Texto da Decisão CMC nº 24/09, que cria o "Fundo de Promoção de Turismo do MERCOSUL", adotada durante a XXXVII Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum, em Montevideu, em 7 de dezembro de 2009.	1.6.15	Decreto Legislativo 215/15
PDC 1391/13	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Aprova o texto do Plano de Ação Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai para Fazer Avançar a Cooperação Bilateral na Área de Massificação do Acesso à Internet em Banda Larga e Telecomunicações em Geral (2011-2015), assinado em Montevideu, em 30 de maio de 2011.	1.6.15	Decreto Legislativo 159/15

PDC 1421/13	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Granada, celebrado em Brasília, em 26 de abril de 2010.	1.6.15	Decreto Legislativo 151/15
PDC 1664/14	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Aprova a Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização dos Documentos Públicos Estrangeiros, celebrada na Haia, em 5 de outubro de 1961.	1.6.15	Decreto Legislativo 148/15
PDC 1666/14	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Coreia, assinado em Brasília, em 22 de novembro de 2012.	1.6.15	Decreto Legislativo 152/15
PDC 835/13	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique, assinado em Brasília, em 17 de junho de 2010.	1.6.15	Decreto Legislativo 199/15
PDC 1025/13	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Islâmica da Mauritânia, celebrado em Brasília, em 17 de fevereiro de 2012.	1.6.15	Decreto Legislativo 160/15
PDC 1360/13	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina sobre Cooperação na Área de Bioenergia, incluindo Biocombustíveis, celebrado em Buenos Aires, em 31 de janeiro de 2011.	1.6.15	Decreto Legislativo 153/15
PDC 1663/14	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Vanuatu, celebrado em Port Vila, em 29 de agosto de 2013.	1.6.15	Decreto Legislativo 162/15
PDC 1665/14	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia sobre o Exercício de Trabalho Remunerado por Membros da Família que Permanecem sob Sustento de Membro do Pessoal da Missão Diplomática ou da Repartição Consular, assinado em Brasília, em 26 de novembro de 2012.	1.6.15	Decreto Legislativo 157/15
PDC 1667/14	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname na Área de Educação, assinado em Brasília, em 26 de abril de 2010.	1.6.15	Decreto Legislativo 158/15

PDC 24/15	Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul.	Aprova o texto do Acordo de Sede entre a República Federativa do Brasil e a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) para o Funcionamento do Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde (ISAGS), assinado em Assunção, em 20 de abril de 2012.	1.6.15	Decreto Legislativo 156/15
PDC 88/15	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em Washington, em 12 de abril de 2010.	23.6.15	Decreto Legislativo 145/15
PDC 106/15	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América para Melhoria da Observância Tributária Internacional e Implementação do FATCA, celebrado em Brasília, em 23 de setembro de 2014.	23.6.15	Decreto Legislativo 146/15
PDC 384/97	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Aprova a prestação de contas do Presidente da República, referente ao período de 29 de setembro a 31 de dezembro de 1992	6.8.15	Decreto Legislativo 161/15
PDC 1376/09	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Aprova as Contas do Governo Federal no Exercício de 2006	6.8.15	Vai ao Senado Federal
PDC 40/11	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Aprova as Contas do Governo Federal no Exercício de 2002	6.8.15	Vai ao Senado Federal
PDC 42/11	Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização	Aprova as Contas do Governo Federal no Exercício de 2008	6.8.15	Vai ao Senado Federal
PDC 50/15	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa referente ao Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e de Cargas, assinado em Paris, em 19 de março de 2014.	6.8.15	Decreto Legislativo 164/15

PDC 51/15	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa relativo à Cooperação Transfronteiriça em Matéria de Socorro de Emergência, celebrado em Paris, em 11 de dezembro de 2012.	6.8.15	Decreto Legislativo 166/15
PDC 52/15	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa para o Estabelecimento de Regime Especial Transfronteiriço de Bens de Subsistência entre as localidades de Oiapoque (Brasil) e St. Georges de L'Oyapock (França), assinado em Brasília, em 30 de julho de 2014.	6.8.15	Decreto Legislativo 165/15
PDC 57/15	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Aprova o texto do Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras Dificuldades para ter acesso ao Texto Impresso, concluído no âmbito da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), celebrado em Marraqueche, em 28 de junho de 2013	20.8.15 1º turno 8.9.15 2º turno	Decreto Legislativo 261/15
PDC 163/15	Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul.	Aprova o texto revisto, em português, do Acordo de Comércio Preferencial (ACP) entre o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a União Aduaneira da África Austral (SACU), integrada pela República da África do Sul, República de Botsuana, Reino do Lesoto, República da Namíbia e Reino da Suazilândia, assinado pelos sócios do MERCOSUL na Costa do Saúpe, Bahia, em dezembro de 2008 e pelos países africanos em Maseru, capital do Lesoto, em 3 de abril de 2009.	27.8.15	Decreto Legislativo 200/15
PDC 6/15	Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul.	Aprova o texto do Acordo de Livre Comércio (ALC) entre o MERCOSUL e a República Árabe do Egito, assinado em San Juan, na República Argentina, em 2 de agosto de 2010.	17.9.15	Decreto Legislativo 216/15
PDC 102/15	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Aprova o texto do Tratado entre a República Federativa do Brasil e o Japão sobre a Transferência de Pessoas Condenadas, assinado em Tóquio, em 24 de janeiro de 2014.	29.10.15	Decreto Legislativo 259/15
PDC 238/15	Silas Câmara	Suste os efeitos da Portaria Interministerial n. 192, de 5 de Outubro de 2015, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Ministério do Meio Ambiente.	5.11.15	Decreto Legislativo 293/15

MENSAGEM

MSC 211/15 (PDC 127/15)	Poder Executivo	Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo Entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América Relativo a Medidas de Segurança para a Proteção de Informações Militares Sigilosas, assinado em Santa Cruz, Bolívia, em 21 de novembro de 2010 e Emenda, assinada em Brasília, em 9 de junho de 2015.	23.6.15	Decreto Legislativo 1371/15
----------------------------	-----------------	--	---------	-----------------------------

PROJETOS DE RESOLUÇÃO

Proposição	Autor	Ementa	Apreciação na Câmara	Situação
PRC 20/11	Mara Gabrilli e outros	Cria, no âmbito da Câmara dos Deputados, a Comissão Permanente de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência.	25.2.15	Resolução 1/15
PRC 151/12	Rubens Bueno	Altera o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, aprovado pela Resolução n.º 17, de 21 de setembro de 1989, para dispor sobre a organização da agenda, a Ordem do Dia e as sessões ordinárias.	26.2.15	Resolução 2/15
PRC 10/15	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados	Altera o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, aprovado pela Resolução n.º 17, de 21 de setembro de 1989, para criar a Secretaria de Relações Internacionais.	12.3.15	Resolução 3/15
PRC 11/15	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados	Altera o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, aprovado pela Resolução n.º 17, de 21 de setembro de 1989, para dispor sobre a Secretaria de Comunicação Social.	12.3.15	Resolução 4/15
PRC 6/15	André Figueiredo	Institui o Grupo Parlamentar Brasil - demais países que compõem o BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e dá outras providências.	18.3.15	Resolução 5/15
PRC 267/14	Stefano Aguiar	Dispõe sobre a criação do Grupo Parlamentar de Cooperação e Amizade Brasil-Jordânia.	16.4.15	Resolução 6/15
PRC 29/15	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados	Altera os arts. 65, 66, 68, 71, 82 e 90 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados para dispor sobre as sessões ordinárias e de debates.	16.4.15	Resolução 7/15
PRC 22/15	Comissão de Desenvolvimento Urbano	Institui o Prêmio Lúcio Costa de Mobilidade, Saneamento e Habitação.	1.6.15	Resolução 8/15
PRC 57/15	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados	Altera a Resolução n.º 1, de 2007, que dispõe sobre os Cargos em Comissão de Natureza Especial do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados e dá outras providências.	15.7.15	Resolução 9/15
PRC 75/15	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados	Institui o "Prêmio Brasil Mais Inclusão"	24.9.15	Resolução 10/15

PRC 13/15	Moema Gramacho	Dá ao Plenário 16 do Anexo II da Câmara dos Deputados a denominação "Zezéu Ribeiro".	01.10.15	Resolução 11/15
PRC 241/14	Laercio Oliveira	Altera o inciso VI, do art. 32, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Explicação: Altera a denominação da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio para Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços.	29.10.15	Resolução 12/15
PRC 14/99	Marcos Afonso	Cria o Grupo Parlamentar Brasil-Costa Rica	29.10.15	Resolução 13/15

OUTRAS MATÉRIAS

Proposição	Autor	Ementa. Assunto	Apreciação na Câmara	Situação
OBJ 1/15	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados	Eleição da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados para o biênio 2015.2016 da 55ª Legislatura.	1.2.15	Eleitos os Membros da Câmara dos Deputados
OBJ 2/15	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados	Eleição para membro do Conselho Nacional do Ministério Público.	15.4.15	Eleito o Sr. Gustavo do Vale Rocha
Eleição		Eleição da Comissão Especial destinada a dar parecer sobre denúncia contra a Senhora Presidente da República, Dilma Vana Rousseff, por crime de responsabilidade, oferecida pelos Srs. Hélio Pereira Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaina Conceição Paschoal.	8.12.15	Eleitos os Deputados que irão compor a Comissão Especial destinada a proferir parecer sobre a denúncia contra a Presidente da República Sra. Dilma Vana Rousseff por Crime de Responsabilidade

COMISSÕES GERAIS

Comissões Gerais para debate de matéria relevante:

- Comissão Geral com a finalidade de debater a crise hídrica e energética no Brasil.
4 de março de 2015, quarta-feira, 9h30.

- Comissão Geral destinada a debater propostas com relação à partilha de recursos públicos e respectivas obrigações da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal (Pacto Federativo).
17 de março de 2015, terça-feira, às 10 horas.

- Comissão Geral com a finalidade de discutir a segurança pública no Brasil.
18 de março de 2015, quarta-feira, às 9 horas.

- Comissão Geral com a finalidade de debater o Fundo de Financiamento Estudantil - FIES.
25 de março de 2015, quarta-feira, às 10 horas.

- Comissão Geral com a finalidade de discutir Previdência Social no Brasil
8 de abril de 2015, quarta-feira, às 10 horas.

- Comissão Geral com a finalidade de discutir o Projeto de Lei nº 7.197, de 2002 (medidas socioeducativas aos infratores que atingirem a maioria penal).
22 de abril de 2015, quarta-feira, às 10 horas.

- Comissão Geral com a finalidade de discutir a crise do setor sucroalcooleiro
10 de junho de 2015, quarta-feira, às 10 horas.

- Comissão Geral para debater o tema Políticas públicas para o café.
26 de agosto de 2015, quarta-feira, às 10 horas.

- Comissão Geral com a finalidade de debater a renegociação da dívida dos produtores rurais.
2 de setembro de 2015, quarta-feira, às 9 horas

- Comissão Geral com a finalidade de debater a crise no setor da Construção Civil
7 de outubro de 2015, quarta-feira, às 9 horas

- Comissão Geral destinada a discutir o tema “Políticas Públicas para a Juventude”.
3 de novembro de 2015, terça-feira, às 10 horas.

- Comissão Geral destinada a discutir o tema “A Realidade das Mulheres Negras Brasileiras”.
17 de novembro de 2015, terça-feira, às 14 horas.

- Comissão Geral destinada a discutir “A Utilização da Substância Fosfoetanolamina Sintética (“Pílula do Câncer)”, produzida pela Universidade de São Paulo.
24 de novembro de 2015, terça-feira, às 10 horas.

- Comissão Geral para debater “A Situação Social e Ambiental da Região impactada pelo Rompimento de Barragens da Mineradora Samarco, em Minas Gerais”.
15 de dezembro de 2015, terça-feira, às 11 horas.

- Comissão Geral para debater o Surto de Microcefalia que tem se espalhado pelo País
16 de dezembro de 2015, quarta-feira, às 11 horas.

Comissões Gerais – Exposição de Ministros

(Requerimentos aprovados, em Plenário, no dia 11/2/15)

- Comissão Geral - Esclarecimentos relativos à pasta do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – Ministro Aldo Rebelo.
5 de março de 2015, quinta-feira, 10 horas.

- Comissão Geral - Esclarecimentos relativos à pasta da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República – Ministro Eliseu Padilha
12 de março de 2015, quinta-feira, 10 horas e 30 min.
- Comissão Geral - Esclarecimentos relativos à pasta da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República – Ministro Guilherme Afif
19 de março de 2015, quinta-feira, 10 horas e 30 min.
- Comissão Geral - Esclarecimentos relativos à pasta do Ministério da Comunicação – Ministro Ricardo Berzoini
26 de março de 2015, quinta-feira, 10 horas.
- Comissão Geral - Esclarecimentos relativos à pasta do Ministério da Pesca e Aquicultura – Ministro Helder Barbalho.
9 de abril de 2015, quinta-feira, 9 horas.
- Comissão Geral - Esclarecimentos relativos à pasta do Ministério da Justiça – Ministro José Eduardo Cardozo.
7 de maio de 2015, quinta-feira, 9 horas.
- Comissão Geral - Esclarecimentos relativos à pasta da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República – Ministra Nilma Lino Gomes.
14 de maio de 2015, quinta-feira, 10 horas.
- Comissão Geral - Esclarecimentos relativos à pasta do Ministério do Esporte – Ministro George Hilton.
28 de maio de 2015, quinta-feira, 9 horas.
- Comissão Geral – Esclarecimentos relativos à pasta Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República – Ministra Eleonora Menicucci de Oliveira.
9 de junho de 2015, terça-feira, 15 horas.
- Comissão Geral – Esclarecimentos relativos à pasta Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República – Ministro Roberto Mangabeira Unger.
2 de julho de 2015, quinta-feira, 10 horas.
- Comissão Geral – Esclarecimentos relativos à pasta da Secretaria de Portos da Presidência da República – Ministro Edinho Araujo
6 de agosto de 2015, quinta-feira, 10 horas
- Comissão Geral – Esclarecimentos relativos à pasta do Ministério dos Transportes – Ministro Antonio Carlos Rodrigues
13 de agosto de 2015, quinta-feira, 10 horas.
- Comissão Geral – Esclarecimentos relativos à pasta do Ministério das Cidades – Ministro Gilberto Kassab
27 de agosto de 2015, quinta-feira, 10 horas.
- Comissão Geral – Esclarecimentos relativos à pasta do Ministério do Desenvolvimento Agrário – Ministro Patrus Ananias
10 de setembro de 2015, quinta-feira, 9 horas.

- Comissão Geral – Esclarecimentos relativos à pasta do Ministério da Cultura – Ministro Juca Ferreira
24 de setembro de 2015, quinta-feira, 11 horas.

Comissão Geral – Convocação de Ministro

Comissão Geral - Convocação do Ministro de Estado da Educação, Sr. Cid Gomes, para prestar informações.
18 de março de 2015, quarta-feira, 15 horas.

Comparecimento Espontâneo de Ministro

Comissão Geral - Comparecimento do Ministro de Estado da Fazenda, Sr. Joaquim Vieira Ferreira Levy.
14 de outubro de 2015, quarta-feira, 15 horas.

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

Comissões Parlamentares de Inquérito

Em funcionamento:

CPI – Crimes Cibernéticos
CPI – Maus-tratos de Animais
CPI – BNDES
CPI – Fundos de Pensão
CPI – FUNAI e INCRA

Encerradas:

CPI – Petrobrás
CPI – Violência Contra Jovens Negros e Pobres
CPI – Sistema Carcerário Brasileiro
CPI – Máfia das Órteses e Próteses no Brasil

Comissões Especiais

Em funcionamento:

PL 6583/13 – Estatuto da Família
PLP 25/07 - Supersimples
Pacto Federativo
PEC 215/00 – Demarcação de terras indígenas
PL 1572/11 – Institui o Código Comercial
PEC 70/11 – Processo de apreciação de MP
LEI 8666/93 – Licitações
PL 3722/12 - Desarmamento
PL 4238/12 – Piso salarial de vigilantes
PL 37/11 – Mineração
PL 2412/07 – Execução da Dívida Ativa

PEC 39/07 – Água como direito social
PEC 19/11 – Zona Franca do Semiárido Nordeste
PEC 453/01 – Servidor Admin. Indireta Vereador
PLP 251/05 – Despesa com Pessoal na Área da Saúde
Lei Orgânica de Segurança Pública
Reforma Política Infraconstitucional
Crise Hídrica no Brasil
Contas Públicas e Transferências Constitucionais
PEC 473/01 – Escolha de Ministro do STF pelo CN
PL 6789/13 - Telecomunicações
PL 1610/96 – Exploração recursos terras indígenas
PL 827/15 – Lei de Proteção de Cultivares
PL 7420/06 – Lei de Responsabilidade Educacional
PEC 299/13 – Limita o Número de Ministérios
Fundos de Pensão
PEC 99/11 – Associações Religiosas Proporem ADIN
PEC 11/15 – Tribunal Superior do Trabalho
PEC 187/12 – Eleição para Órgãos Diretivos Tribunais
PL 1775/15 – Registro Civil Nacional (RCN)
PL 2671/89 – Regulamentação de Postos
PL 3381/04 – Vigilância Sanitária Produto Natural
PEC 39/11 – Extingue o Terreno de Marinha
PEC 387/09 – Vice-Prefeito Perceber Vantagem
PEC 491/10 – Proíbe Imposto sobre Insumos
PEC 395/14 – Gratuidade do Ensino Público
Reforma Tributária
PEC 001/15 – Percentual Mínimo para a Saúde
Reformulação da Legislação do Esporte
PL 1628/15 – Direitos do Agente Comunitário Saúde
PEC 002/15 – Execução Obrigatória Emenda
PLP 137/15 – Criação de Municípios
PL 2516/15 – Institui a Lei de Migração
PL 1013/11 – Motores a Diesel para Veículos Leves
PEC 80/15 – Procuradorias de Estados
PL 3968/97 – Direitos Autorais
Financiamento da Atividade Sindical
PL 2960/15 – Tributação de Bens no Exterior
PL 442/91 – Marco Regulatório dos Jogos
PEC 74/15 – Pagamentos de Precatórios
PEC 214/03 – Consultorias Jurídicas p/CD, SF, TCU
Unificação das Polícias Cíveis e Militares
PEC 179/07 – Recursos CIDE p/Transporte Coletivo
PL 8085/14 – Alteração do Código de Trânsito
Marco Regulatório Transporte Rodoviário
PL 6314/05 – Liberdade de opinião Ensino Religioso
PEC 443/14 – Isenção para associações de Militares
PEC 004/15 – Prorrogação da DRU até 2019
PL 2438/15 – Enfretamento ao Homicídio
PL 3636/15 – Acordo de Leniência

Encerradas:

PEC 182/07 – Reforma Política
PEC 171/93 – Maioridade Penal
PEC 172/12 – Encargo Vinculado Repasse
PL 6493/09 – Lei Orgânica da Polícia Federal

Comissões Externas

Em funcionamento:

Transposição Rio São Francisco
Cancelamento Ref. Premium I e II MA e CE
Prisão do Prefeito de Caracas/Venezuela
Paralisação Nacional dos Caminhoneiros
Situação de Emergência em Xanxerê/SC
Senadores em Missão Oficial na Venezuela
Fiscalização da Concessionária ECO 101 – BR 101/ES
Construção da Ferrovia Nova Transnordestina
Rompimento de Barragem na Região de Mariana

Encerradas:

Estado de Saúde do Ministro da Educação
Seca no Semiárido Nordeste

Grupos de Trabalho

Grupo de Trabalho do Código Penal Militar
Grupo de Trabalho de Consolidação das Leis